

CYBERBULLYING E ESCOLA: UMA ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

CYBERBULLYING AND SCHOOL: AN ANALYSIS OF PEDAGOGICAL PERCEPTIONS AND STRATEGIES

Estefani Ricardo de Souza¹

Graziela Fátima Giacomazzo²

RESUMO: Com o avanço tecnológico e novas configurações da sociedade, o *cyberbullying* começou a fazer parte do contexto midiático. Desta forma, a presente pesquisa objetivou analisar quais estratégias as instituições escolares utilizam para abordar o *cyberbullying*. Portanto, este trabalho está organizado em duas sessões que fundamentam teoricamente o estudo do *cyberbullying* e uma terceira com o resultado da pesquisa de campo. A primeira sessão apresenta o contexto histórico e conceitual do *bullying* e do *cyberbullying* evidenciando a legislação brasileira e seus códigos a respeito da prática do *bullying* digital. A segunda sessão, busca evidenciar a escola e a educação midiática na perspectiva da responsabilidade social, enquanto formadora de indivíduos, explicitando a importância da sua função em relação a cultura digital, como prevê a Base Nacional Comum Curricular (2018). A terceira sessão apresenta a pesquisa de campo e seus resultados em 4 escolas do município de Criciúma/SC, analisando as estratégias das escolas frente ao *cyberbullying* e se elas integram em seus currículos a educação midiática, tal qual orienta a BNCC (2018). Assim, evidenciou-se a falta de formação dos profissionais da educação para desenvolver estratégias pedagógicas integradas ao currículo no contexto da educação midiática, formando os estudantes para atuarem de forma ética e responsável na cultura digital.

PALAVRAS CHAVE: *Cyberbullying*. *Bullying*. Estratégias Pedagógicas. Escola. Educação Midiática.

ABSTRACT: With the technological advance and new society's configurations, cyberbullying began to be part of the media context. The present research aimed to analyze which strategies that school institutions use to address cyberbullying. Therefore, this work is organized in two sessions that theoretically support the study of cyberbullying and a third with presents the results of field research. The first session presents the historical and conceptual context of bullying and cyberbullying, highlighting the Brazilian legislation and its codes regarding the practice of digital bullying. The second session shows the school and media education from the perspective of social responsibility, as a trainer of individuals, explaining the importance of its

¹ Graduada em Pedagogia.

² Doutora em Educação. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação; professora dos cursos de licenciaturas da Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: gfg@unesc.net

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 7, nº 2, julho/dezembro - 2023.- Curso de Pedagogia- UNESC

role in relation to digital culture, as provided by the National Common Curricular Base (2018). The third session presents the field research and its results, in 4 schools in the municipality of Criciúma/SC, analyzing the strategies of schools against cyberbullying and whether they integrate media education in their curricula as guided by the BNCC (2018). Thus, the lack of training of education professionals to develop pedagogical strategies integrated into the curriculum in the context of media education was evidenced, training students to act ethically and responsibly in the digital culture.

KEYWORDS: Cyberbullying. Bullying. Pedagogical Strategies. School. Media Education.

INTRODUÇÃO

O tema “*Cyberbullying* e Escola: uma análise sobre as percepções e estratégias pedagógicas” surgiu a partir da leitura do livro “*Cyberbullying: questões e soluções para a escola, sala de aula e a família*” escrito por Shaheen Shariff (2011) que possibilitou relembrar um acontecimento pessoal datado de 2016 em pleno segundo ano do ensino médio, onde eu – autora desta pesquisa - passei por uma situação com *cyberbullying*, ao qual a pessoa praticante tirou uma foto minha durante uma apresentação de um trabalho, colocou uma legenda em formato de piada e compartilhou em uma mídia social com demais colegas de sala e outras pessoas a quem ela tinha nesta mídia social. Isso chegou a mim através de uma outra colega de sala, e naquele momento eu me senti muito mal ao ponto de não querer mais frequentar aquela escola. O ocorrido chegou a minha mãe e posteriormente a escola, que teve uma atitude não muito esperada sendo a outra pessoa apenas convidada a se desculpar pela situação e dizendo que era apenas uma brincadeira entre colegas; isso me deixou fragilizada, porque eu esperava atitudes mais concretas, como conversas com a turma, formações ou acompanhamento. Naquele mesmo ano me excluí de tudo, inclusive da internet, tirar fotos me atormentava e até hoje carrego isso comigo, sinto uma grande dificuldade de tirar fotos devido a lembranças deste acontecimento.

Portanto o *cyberbullying* deixa feridas e quando não resolvido adequadamente, é possível que o quadro tenha uma grande piora, e isso gerou em mim o pensamento de como como as escolas trabalham a temática do *bullying* digital dentro da própria instituição, e posteriormente possibilitou escrever a presente problemática desta pesquisa “Quais as estratégias que as instituições escolares utilizam para abordar o *cyberbullying*?” que contribuiu

para chegar ao seguinte objetivo geral “Analisar quais as estratégias que as instituições escolares utilizam para abordar o *cyberbullying*.” e objetivos específicos “1º Evidenciar o conhecimento a respeito da temática; 2º Verificar as manifestações do *cyberbullying* no contexto da escola; 3º Compreender a importância da educação midiática para a formação do educador e educando”.

Essa problemática corrobora com a pesquisa da UNICEF (2019) onde o *cyberbullying* no Brasil atingiu mais de 37% de indivíduos e 36% dos indivíduos relataram ter faltado a escola devido ao *cyberbullying*. Portanto o que as escolas estariam planejando para diminuir os casos de *bullying* digital, seja ele dentro ou fora da esfera escolar, pois o *cyberbullying* se manifesta em todas as esferas sociais, porque as tecnologias vêm fazendo cada vez mais parte do dia a dia de milhares de pessoas.

A pesquisa, portanto, permite que os indivíduos praticantes e colaboradores reflitam sobre suas atitudes ou vivências mediante o uso do espaço digital e que saibam usá-lo com segurança e consciência e que as vítimas consigam se abrir e relatar os acontecimentos, de modo que garanta uma cultura de paz mesmo dentro das redes de comunicação tecnológica, o que impulsiona a pesquisa a ter uma grande importância no meio social. A pesquisa ainda contribui para a reflexão das ações que as instituições escolares estão tomando para a questão do *cyberbullying* enquanto agente transformador da sociedade que proporciona ao educando uma maior responsabilidade e consciência ética no ciberespaço, pensando em um espaço digital de caráter informativo, interativo e de entretenimento sem precisar reprimir, ameaçar ou se aproveitar de alguém para ter status ou preencher uma lacuna vazia.

Desta forma, a presente pesquisa se organiza a partir desta introdução, incluindo subtemas referente a metodologia, posteriormente na discussão teórica apresentam-se duas temáticas, sendo a primeira o contexto histórico e conceitual do *bullying* e *cyberbullying*; na segunda seção buscou apresentar ao leitor a escola e a educação midiática na perspectiva da responsabilidade social digital, trazendo os principais autores Levy (1999), Pinheiro (2016), Ribeiro (2018), Shariff (2011); a terceira seção abrange a pesquisa de campo e sua análise; a quarta e última sessão fecha-se com a conclusão final do trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia é inteiramente dedicada a descrição de como ocorreu a pesquisa, informando ao leitor o caminho percorrido. Deste modo, Gil (2002, p. 162) contribui afirmando que “Nesta parte, descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa”. Portanto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar quais as estratégias que as instituições escolares utilizam para abordar o *cyberbullying*: buscou-se entrevistar escolas que relatassem quais as iniciativas que as escolas tomam frente ao *cyberbullying*.

A escolha das escolas teve como critério o sentido de contemplar a diversidade da abrangência e natureza das instituições, possibilitando posteriormente uma análise mais completa e rica a respeito do objetivo desta pesquisa. Sendo assim a pesquisa foi realizada com respondentes de quatro escolas do município de Criciúma/SC, sendo três do âmbito público e uma do âmbito privado, esses respondentes foram definidos de acordo com a disponibilidade e, a critério da instituição, o sujeito que poderia responder com maior clareza às perguntas (Anexo 1) da pesquisa. A abordagem utilizada com os entrevistados das escolas selecionadas foi no formato de entrevista semiestruturada; a escolha desse tipo de entrevista se deve ao fato de ela ampliar o roteiro de perguntas (Anexo 1) dando mais elementos à pesquisa e proporcionando a uma análise completa da problemática. A coleta de dados foi feita com os próprios profissionais da escola, sendo eles diretores, coordenadoras e secretária, e para registrar o momento da entrevista foram feitas gravações em tempo real, sendo posteriormente transcrita e enviada para os entrevistados. Desta forma, a presente pesquisa se enquadrou em uma pesquisa qualitativa, ao qual Minayo (2001, p. 6-7) define como:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A escolha desse formato da pesquisa possibilitou trazer mais significado sobre a temática, permitindo uma reflexão mais profunda sobre quais as estratégias estão sendo

utilizadas pelas instituições escolares quando acontecem casos de *cyberbullying*. Partindo dessa premissa, para fazer a análise das respostas da entrevista, o procedimento metodológico utilizado foi escolher o que havia de igual, diferente e especial entre as respostas, e posteriormente selecionar o que fazia mais sentido com os objetivos centrais da temática deste artigo, que é *cyberbullying* e escola, e desta forma responder a pergunta desta pesquisa, ou seja, de como as escolas vêm lidando e trabalhando com o *bullying* digital dentro da própria instituição.

O CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITUAL DO *BULLYING* E *CYBERBULLYING*

Antes de dispor aqui o conceito de *cyberbullying*, inicio o meu referencial teórico trazendo o contexto que o antecede, que é o *bullying*. Desta forma, Shariff (2011 p. 35-36) contribui dizendo que a palavra *bullying* surgiu por volta de 1600 como *boel* que significava “amante de ambos os sexos”. A autora ainda afirma que é também usada para descrever como “irmão” de uma pessoa ou como amizade íntima. Porém, só foi no final da década de 1800 que o *bullying* começou a ter outro significado, sendo referido a covardia, fraqueza, tirania e violência. E só passou a se tornar objeto de pesquisa ao final da década de 1970 quando o norueguês Olweus (1978) publicou o seu livro *Agression inte schools: Bullies and whipping boys*. Desta forma, Shariff (2011, p 34) se utiliza do conceito de Campbell (2005), Olweus (2001), Whitney e Smith (1993) para definir o *bullying*, como “[...] uma ação ou um comportamento agressivo e intencional que é praticado por um grupo ou individuo repetidamente e ao longo de um determinado período contra uma vítima que não consegue se defender com facilidade.”

Portanto, ao longo do tempo o conceito de *bullying* se modificou, chegando ao que conhecemos hoje, ou seja, como um ato e violência contra o outro. Mas com a chegada da era da informação e as tecnologias se desenvolvendo cada vez mais rápido, os *bullying* que antes eram vistos somente nos pátios da escola agora se encontram em uma nova esfera, a do mundo digital, onde todos podem ser alvo desta nova ramificação do *bullying*, o qual recebe o nome de *cyberbullying*. Para entender o significado deste novo formato de *bullying*, Belsey (2013, apud Schreiber e Antunes, 2015 p. 3) afirma que:

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 7, nº 2, julho/dezembro - 2023.– Curso de Pedagogia– UNESC

É o uso de informações e de tecnologias de comunicação - como e-mail, celular, aparelhos e programas de envio de mensagens instantâneas e sites pessoais - com o objetivo de difamar ou apoiar de forma deliberada comportamentos, seja de indivíduo ou grupo, que firam de alguma forma outros tantos.

Com um significado aparentemente parecido com o *bullying*, o *cyberbullying* também se configura enquanto ato de ferir alguém, mas através do uso de aparelhos eletrônicos para manifestar ódio, raiva, descontar, diminuir, difamar, coagir e entre outros, o indivíduo escolhido. As razões para tais atos têm algumas causas, conforme Maldonado (2011, p. 23) salienta: “as pessoas que praticam o *bullying* querem obter poder, controle e reconhecimento do grupo, vantagens materiais ou, simplesmente, se divertir, mesmo que, para isso, causem sofrimento a outros”. O mesmo vale para o *cyberbullying*, cujas pessoas que o praticam também querem estar no controle da situação. Isso acaba deixando mais claro a problemática enorme que é o *bullying* e o *cyberbullying*, pois ele vem sendo visto como uma ação ainda comum da sociedade e que não há problemas às pessoas fazerem ou contribuírem para a sua disseminação pois “todo mundo faz”.

Uma das diferenças entre *bullying* e *cyberbullying* está no caráter anônimo da ação, possibilitando a pessoa que pratica escolher ou não se agir de forma anônima, dificultando assim a identificação do *cyberbullying* devido a dificuldade de achar o(s) envolvido(s) pois esses estão escondidos por trás de uma tela. Sobre o caráter anônimo do *bullying* digital, Shariff (2011, p. 63) contribui dizendo que:

A natureza anônima do ciberespaço primeiramente o tornou atraente aos jovens, sobretudo quando há uma relação com a escola, pois permite que colegas e/ou professores sejam usados como alvos sem que os jovens sejam facilmente descobertos (a menos que utilizem sites de redes sociais nos quais é mais fácil identificar os autores dos comentários).

Portanto, este formato chamou a atenção dos jovens pois agora eles podem se esconder sem que alguém saiba quem eles são, facilitando a prática do *cyberbullying* independente do lugar ou hora em que ambos (vítima ou agressor) estiverem. Além do anonimato, Shariff (2011, p. 63) ainda salienta que a propagação desse novo formato de *bullying* deve-se ao público infinito, pois em questão de segundos milhares de pessoas podem ter acesso devido a proporção que este tipo de *bullying* pode atingir, portanto isso facilita para que outras pessoas, mesmo não

fazendo parte do contexto colaborem com o *bullying* digital. Wendt (2013, p. 82) afirma que “ademais, esses ataques adquirem um caráter de permanência, diferentemente do *bullying*, uma vez que usuários no mundo inteiro podem, a qualquer tempo, assistir, compartilhar e salvar em seus computadores manifestos de *cyberbullying*.” O anonimato, a propagação e a permanência são as principais características deste novo formato de *bullying* e que o difere do *bullying* tradicional, possibilitando que se torne uma ação de escala global e não mais de um pequeno grupo como é o caso do *bullying* tradicional.

Além do anonimato, propagação e permanência do *cyberbullying*, um dos obstáculos é a remoção do conteúdo dentro do mundo digital, portanto reitero a citação supracitada de Wendt (2013), pois, uma vez que as pessoas têm acesso é difícil acabar com a propagação ou retirada desses arquivos no ambiente virtual, tendo em vista que não é mais possível ter controle sobre as postagens e compartilhamentos das pessoas e onde este conteúdo pode parar. Por mais que consiga retirar a maioria deste conteúdo da internet, sempre haverá o seu retorno por parte de alguém que tem guardado ou salvo nos seus arquivos dentro de um *pen drive*, nuvem, *icloud*, pastas do computador, dentre outros dispositivos de armazenamento digital, assim, o *cyberbullying* sempre vai vir à tona para aquela pessoa que foi vítima.

Cabe ressaltar que tanto o *bullying* quanto *cyberbullying* já são reconhecidos em lei. A Lei 13.185 (BRASIL, 2015) parágrafo único, vai definir o *bullying* digital como: “[...] intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.” Dentro da jurisdição ele se enquadra como ofensas digitais (em geral caracterizado como crimes contra a honra, sendo eles difamação, calúnia e injúria, e também como ameaça e a contravenção penal de perturbação da paz do indivíduo (PINHEIRO, 2016, p. 390). Vale lembrar também que o *cyberbullying* não tem programas e políticas públicas para a prevenção que possibilitem a diminuição dos os casos. Para Ribeiro (2018, p. 35):

Verifica-se, portanto, que no Brasil não existe pelo menos por enquanto, uma articulação institucional de programas direcionados para os riscos e danos provenientes do *cyberbullying* e políticas públicas destinadas à prevenção, regulamentação específica e intervenções sistemáticas contra a violência no ciberespaço.

Além do conhecimento sobre a temática, legislação e jurisdição, é importante compreender que as medidas tomadas em situações de *cyberbullying* não ficam restritas somente a isso, mas é de suma importância que a escola e toda a comunidade escolar esteja atenta em casos de *bullying* digital e também tome iniciativas com o objetivo de não reincidência dos atos. Faço o uso da citação de Freire *et al.* (2013, p. 48) para afirmar a importância de envolver um todo neste momento:

O sucesso de todo o trabalho que se segue, e também desta etapa de diagnóstico, está ligado à capacidade de envolver os diferentes agentes do processo educativo (docentes e não-docentes, psicólogos, coordenadores técnicos, órgãos de gestão, pais, alunos, autoridades locais), de forma a que se crie um sentido de comunidade que possa contribuir para a construção de um ethos de escola promotor do respeito mútuo e do bem estar de todos.

Ribeiro (2018, p 34) ainda contribui com o tema, afirmando que “são problemas sérios em que pais ou responsáveis e a escola devem ter atenção ao diagnóstico para o encaminhamento aos profissionais qualificados para lidarem com estas situações.” Neste momento, é importante que vários profissionais estejam envolvidos e estejam a par da situação, e que a escola, dentro deste contexto, contribua para que o *cyberbullying* não vire uma ação repentina entre seus estudantes e atinja proporções maiores como já vem acontecendo, de acordo com o que a pesquisa da UNICEF (2019) supracitada na introdução relata. Portanto, é imprescindível que os educadores tenham uma formação a respeito do uso midiático visando a responsabilidade social digital e garantir posteriormente ao educando o acesso a essas informações, proporcionando o controle no mundo digital e uma cultura midiática de paz.

ESCOLA E EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NA PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DIGITAL

Primeiramente, cabe esclarecer que antes de entrar no foco da pesquisa sobre as estratégias que as instituições escolares adotam perante o *cyberbullying* é cabível entender a função social da escola para a formação da sua comunidade em geral. Deste modo, Bueno (2001, p. 5) esclarece que “à escola foi delegada a função de formação das novas gerações em

termos de acesso à cultura socialmente valorizada, de formação do cidadão e de constituição do sujeito social.”

Mediante essa citação, as instituições escolares têm como função social a formação científica, cultural, cidadã, intelectual, responsável, constitucional, democrática, crítica, ética, participativa e solidária, no qual os indivíduos que nela estão inseridos vivam de forma que garanta harmonia dentro do contexto social. Ou seja, que no contexto das instituições escolares essas perspectivas façam parte das temáticas das aulas, possibilitando que os indivíduos participantes exerçam plenamente a cidadania, garantindo um contexto social mais empático e acolhedor.

Ainda dentro desse parâmetro, vale ressaltar a importância da função social da escola também no que se refere à responsabilidade sócio digital, pois a mesma enquanto instituição de formação de indivíduos sociais deve garantir a eticidade dentro do mundo digital, pois o ciberespaço também faz parte do dia a dia do sujeito social. Portanto é necessário que as práticas sociais nesse espaço não reproduzam posturas com o objetivo de humilhar/amedrontar a vida desses indivíduos que fazem ou não parte desse meio. Assim, Freire *et al.* (2013, p. 47) se refere a responsabilidade digital abrangendo o *cyberbullying* dessa forma:

Também o ambiente escolar pode favorecer ou prevenir o aparecimento quer do *bullying*, quer do *cyberbullying*, nomeadamente através dos cuidados com a clarificação de regras quanto ao uso das novas tecnologias da comunicação e os incentivos a práticas saudáveis de convivência.

E como complementação a essa citação, Spinelli (2021, p. 131) também contribui afirmando que “Ter competências para acessar, avaliar e produzir informações em rede tem a ver com cidadania digital, que envolve não apenas o uso competente da tecnologia, mas também o uso responsável e ético da web”, que o ambiente escolar contribua para que o educando também tenha uma a formação quanto ao uso das mídias sociais.

Estamos falando de um novo e recente ambiente, o ciberespaço ao qual Lévy (1999, p. 92) define como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”, uma forma de comunicação entre pares não importa onde ele estiver. Com uma nova reorganização da sociedade, e para abranger esse novo ambiente social de forma consciente, ética, responsável e que as pessoas entendam que mesmo no mundo

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 7, nº 2, julho/dezembro - 2023.– Curso de Pedagogia– UNESC

da internet, as mídias sociais não são uma terra sem lei ou que o uso da tecnologia seja irresponsável, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) irá trazer na 5ª competência geral a educação midiática, fornecendo a informação de que a escola deve garantir ao educando a formação do uso dessas novas tecnologias e mídias sociais. A BNCC (2018, p. 9) traz esse estudo da seguinte forma:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Ressalva-se que essa formação não abrange só o sentido de acesso e utilização das ferramentas tecnológicas, mas que o educador entenda que também faz parte da formação o “saber usar” as tecnologias de forma responsável, adentrando nesse contexto o objeto desta pesquisa - o *cyberbullying* - pois não é somente dar acesso a essas ferramentas ao educando mas ensiná-lo a utilizá-las. Mas o estudo a respeito do *cyberbullying* não está somente contemplado na 5ª competência geral da BNCC (2018, p. 488), ele também se encontra como um dos conteúdos a ser discutido na área de linguagens e suas tecnologias, desta forma o currículo irá trazer da seguinte forma o conhecimento a respeito da temática:

Em que pese o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de informações e produções requer, ainda, que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (*fake news*), de pós-verdades, do *cyberbullying* e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias

Dentro desse contexto das linguagens e suas tecnologias o educador deve garantir que o educando desenvolva habilidades de julgar ética e esteticamente conteúdos referente ao *cyberbullying*.

As redes de ensino devem colaborar para o maior conhecimento a respeito do que a BNCC (2018) tem a dizer sobre educação midiática e a respeito do uso ético das mídias digitais, englobando neste contexto o *cyberbullying*, mesmo que ele esteja subentendido ou minimamente descrito na BNCC (2018), pois esta aprendizagem pode colaborar posteriormente

para a não disseminação do *bullying* virtual e o uso responsável das ferramentas tecnológicas e mídias sociais, proporcionando um espaço não só de aprendizagem ou formação mas também de entretenimento. Deste modo, a pesquisa de campo que se segue na próxima sessão irá partir da premissa de analisar as estratégias que as instituições escolares têm para abordar o *cyberbullying* dentro dos seus currículos e dia a dia escolar, tendo como base as colocações supracitadas dos autores referenciados.

CYBERBULLYING E ESCOLAS: PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS

Para analisar quais as estratégias pedagógicas que as instituições escolares utilizam para abordar o *cyberbullying* fez-se necessário partir para a pesquisa de campo, que se constituiu de quatro escolas da cidade de Criciúma/SC, sendo três do âmbito público e uma do âmbito privado. Antes de iniciar a análise das respostas das questões feitas aos entrevistados dessas instituições, trago aqui algumas informações importantes a respeito desses indivíduos: primeiramente os mesmos têm formações diferentes, como administração de empresas, filosofia, geografia, pedagogia e letras, e entre os entrevistados com titulação em mestrado, especialização e *MBA*; além das formações diferentes, também possuem cargos diferentes como coordenadoras, diretor(a), orientadora e auxiliar de direção, e que os seus anos de atuação também eram bem diversificados, de 2 anos a 27 anos de atuação; isso dentro da educação e não nos cargos mencionados, pois alguns estão entre 1 e 3 anos no cargo. Vale ressaltar que os entrevistados ou instituições aqui dispostas não serão mencionados, mas identificados como E1, E2, E3 e E4, mantendo desta forma o caráter sigiloso da pesquisa de campo.

Antes de saber quais estratégias as escolas tinham para as ações de *cyberbullying* dentro da instituição, foi necessário saber se os entrevistados sabiam o conceito do objeto de pesquisa; ao perguntar aos entrevistados o conceito de *cyberbullying*, ambos deram respostas parecidas, e o recorte da fala do entrevistado E3 referente a essa questão irá definir o que todos os outros entrevistados quiseram transmitir. Ele define que o *cyberbullying* são “*todas as práticas discriminatórias que acontecem no meio virtual*”. Esse conceito coincide com o de Belsey, referenciado por Schreiber e Antunes (2015) ao afirmar que o *cyberbullying* está ligado ao uso

da tecnologia com o objetivo de difamar ou apoiar comportamentos que firam alguém, mostrando desta forma que os entrevistados conhecem o conceito de *cyberbullying*.

Ainda contribuindo com a colocação anterior, o entrevistado E1 traz a questão do alcance mundial que o *cyberbullying* pode atingir devido a agilidade do acesso as essas ações que a era da informação pode proporcionar, pois agora não é mais um espaço pequeno com uma ou mais pessoas envolvidas como é no caso do *bullying* tradicional, mas milhares de pessoas dos mais variados lugares acessando e contribuindo para a disseminação do *bullying* digital, e esse é um aspecto esse evidenciado por Shariff (2011) quando afirmar que milhares de pessoas têm acesso ao conteúdo de *cyberbullying* em questão de segundos por conta da velocidade que as informações chegam até nós devido a globalização que a rede de internet proporcionou.

O mesmo entrevistado ainda nos revela que “*a internet nos dá essa liberdade sem nos policiar ou sem nos dar os devidos limites do que nós podemos estar dizendo... falta-nos uma orientação para o que nós podemos ou devemos estar colocando na internet*”. Esta percepção revela que ainda faltam informações e formações tanto para o docente quanto o discente a respeito do uso ético e responsável da internet, contribuindo para uma maior ignorância a respeito da temática e posteriormente a sua não solução. Essa falta de informações também se deve ao fato de não haver políticas públicas que garantem o conhecimento do assunto, como afirma Ribeiro (2018) em sua dissertação, e também pela citação quase mínima dentro da Base Nacional Comum Curricular (2018) a respeito da educação midiática e que não deixa claro o estudo da temática, a não ser que você tenha um conhecimento prévio sobre educação para mídias, e que também falta explorar mais a temática dentro do currículo de linguagens, pois apesar de ter uma pequena citação no mesmo os planos de aula não tem algo voltado para ele.

A evidência dessa falta de formação é o próprio *cyberbullying*, onde a partir do momento em que não há formação para os docentes, os mesmos não conseguem garantir o conhecimento aos discentes, formando assim pessoas que acham que podem dizer ou fazer tudo mesmo dentro da internet sem que gere consequências. Mas há códigos de infração digital como afirma Pinheiro (2016), ao citar que o *cyberbullying* é tratado como crime contra a honra — difamação, calúnia e injúria, portanto, a pessoa que cometer atos de *cyberbullying* está passível de punição, por isso a importância do conhecimento da temática já dentro da escola, não porque existe uma lei, mas para que as pessoas saibam as consequências que isso gera para o indivíduo. Com essas

colocações trazidas pelos entrevistados, é notável que eles conhecem o conceito do *bullying* digital, porém não estão familiarizados com ele e que não sabem ao certo como tratar a temática, isso devido à ausência de orientação pedagógica e formação, possibilitando a popularização maior do *cyberbullying*.

Para uma maior percepção da análise das estratégias, foi necessário também conversar com os entrevistados a respeito de casos de *cyberbullying* que já aconteceram dentro da própria instituição. Apenas três relataram que tiveram casos, mas que a maioria foi isolado e sem muita repercussão, porém a instituição E3 confidenciou que seu caso teve uma grande repercussão ao qual chegou até a comunidade escolar. Perante a exposição dos casos houveram várias iniciativas, sendo a primeira encontrar os autores da ação e conversar com eles, mas também houve casos de encaminhar para à polícia, como relatado pelo entrevistado E1, devido a gravidade da situação. Dentre a iniciativa de conversar ou chamar outros especialistas para lidar com a situação, das três instituições apenas uma confidenciou que comunicou os pais, que foi o caso da instituição E2, atitude essa que deveria ser recorrente, tendo em vista que o *cyberbullying* é algo sério e que os pais deveriam ficar sabendo o que seus filhos fazem na internet.

Essas palavras condizem com o que Freire *et al.* (2013) afirma ao dizer que o sucesso está ligado ao envolvimento dos docentes, psicólogos, gestão, pais, alunos e autoridades promovendo uma educação midiática para a responsabilidade sócio digital. Analisando as iniciativas diante do acontecimento, é importante também observar o pós acontecimento, que é muito interessante a partir do que as escolas nos relatam. As entrevistados confidenciaram que trouxeram juízes, educadores e psicólogos para fazer palestras para os educandos, além disso, a mesma escola que relatou o acontecimento para os pais também viu a importância do acompanhamento psicológico com os envolvidos, pois não é somente proibir o uso das tecnologias ou julgar que o acontecimento não dará em nada, mas entender o motivo do aluno praticante e o sentimento do que sofreu. As atitudes aqui relatadas são muito importantes nesse primeiro momento, e isso é afirmado por Ribeiro (2018) quando diz que os responsáveis e a escola devem estar atentos para esses problemas encaminhando-o a profissionais qualificados para lidarem com a situação, fazendo uma ponte entre todos para de alguma forma garantir a não repercussão maior do *bullying* digital e se tornando algo comum entre os educandos.

Todas essas perguntas referentes a conhecimento e iniciativas proporcionaram entender melhor as estratégias que as instituições têm para apresentar frente ao *cyberbullying*. Deste modo elas confidenciaram que tem apenas algumas estratégias pedagógicas para trabalhar o *cyberbullying*, porém nada periódico possibilitando que de alguma forma os alunos anualmente tivessem contato com a temática, fazendo assim que só conhecessem o *bullying* digital quando o mesmo acontecesse. O que mais foi relatado dentro do quesito de estratégias para trabalhar o *cyberbullying* foram projetos ou trabalhos isolados de forma transversal e interdisciplinar, mas vale lembrar que não é algo fixo e que esteja integrado no currículo escolar, mesmo estando previsto dentro da própria BNCC (2018), na 5ª competência geral de forma subentendida, ou no próprio currículo de linguagens e suas tecnologias como temática a ser trabalhada em sala de aula juntamente com outros temas que envolvem a educação digital. No entanto, como não é algo periódico e que não está contemplado nos próprios currículos institucionais, o conhecimento a respeito da temática ainda fica muito superficial, quando deveria ser um assunto de trabalho anual já que o mundo das tecnologias e suas vertentes fazem parte da vivência diária do aluno, e o estudo midiático faz parte da função social da escola como afirma Bueno (2001) quando diz que ela foi delegada a função de formação cultural, cidadã e social.

O conhecimento a respeito do acesso e o desenvolvimento da educação midiática é essencial para que o sujeito participante entenda que mesmo no mundo digital há um limite do que pode ser dito ou ser feito; a escola tem que ensinar aos seus educandos a cidadania digital, orientando sobre as possibilidades e os recursos que as mídias digitais podem estar proporcionando. Para Freire *et al.* (2013), o ambiente escolar pode favorecer ou prevenir os casos de *cyberbullying* cuidando quanto ao uso dessas novas tecnologias e práticas saudáveis de convivência com o outro mesmo dentro da internet. Como complemento sobre a reflexão anterior, Spinelli (2021) também afirma que é necessário ter competência para acessar, avaliar e produzir informações em rede e isso tem a ver com cidadania digital, ou seja, que os indivíduos que acessam as redes digitais e os que produzem nela saibam como utilizá-las de forma consciente sem que isso atinja um patamar tão grave como o *cyberbullying*.

Assim, reitera-se a fala de tópicos anteriores quando dito pelos entrevistados que falta formação a respeito da temática, e isso acaba por reproduzir nas tomadas de atitudes e estratégias que elas têm para o *cyberbullying*, pois se não há formação, não há ideias de

iniciativas, e como à escola foi delegada a função de formação, isso acaba por não ser garantido e somente reproduzido pela sociedade. Desta forma, um trabalho periódico ajudaria a diminuir os casos e se tornar um assunto de relevância no meio social, permitindo que as pessoas não tenham só acesso ao conhecimento científico, mas um conhecimento visando o bem-estar social (um espaço de respeito mútuo) mesmo no mundo digital.

Mediante toda explanação a respeito da função social da escola e ela como formadora de indivíduos mesmo dentro do mundo digital, é importante evidenciar o que as escolas entrevistadas trouxeram a respeito do entendimento e como se dá a educação midiática. Das quatro instituições, apenas duas (representadas pelos entrevistados E1 e E4) são contempladas com disciplinas específicas (cultura digital e informática) que garantem de certa forma um conhecimento mais aprofundado da temática. As demais, como já dito anteriormente, só há o estudo da temática esporadicamente e quando necessário, geralmente quando acontece de fato o *cyberbullying*. Porém sabe-se que para uma formação integral de responsabilidade sócio digital não adianta tratar dos problemas e da temática quando a ação acontece, mas que deve integrar o currículo escolar, fazendo parte do educando. Assim, é importante que a educação midiática que está prevista na 5ª competência geral da BNCC (2018) e a temática *cyberbullying*, que está no currículo de linguagem e suas tecnologias, seja de fato contemplada dentro das instituições escolares, mas não apenas no sentido de usar tecnicamente os recursos digitais, mas como usá-las de forma ética e segura, garantindo que a internet seja um ambiente de sociabilidade mútua, respeito e entretenimento.

Por fim, as contribuições dadas pelos entrevistados a respeito da temática oportunizou observar que o desejo das escolas é que o assunto seja mais conhecido e explorado, porque é uma situação nova e falta informações, principalmente no quesito de formação dos próprios profissionais de educação que não estão familiarizados com o assunto e não sabem como agir nessa situação ou garantir formação posterior aos próprios estudantes, e se houvessem essas formações, seria possível que os indivíduos se tornassem cidadãos digitais mais éticos e responsáveis sobre aquilo que fazem ou falam nas rede de comunicação.

CONCLUSÃO

A partir da então pesquisa de campo realizada, compreende-se que a metodologia utilizada tornou possível responder às questões trazidas pela autora deste artigo na problemática e objetivos, possibilitando uma conclusão mais completa a respeito da temática escola e *cyberbullying*. As respostas, juntamente com a análise possibilitaram também retornar ao que foi escrito na motivação desta pesquisa sobre uma experiência pessoal, ganhando desta forma uma importância e relevância maior sobre como está funcionando os casos de *cyberbullying* dentro das instituições escolares.

Mediante a essas colocações, evidenciou-se que os profissionais até tem conhecimento a respeito da temática, mas que as instituições escolares ainda não trabalham o *cyberbullying* formalmente em seus currículos. Sendo assim, não há propostas que abordem esta temática. Porém, é compreensível a falta do estudo sobre o *bullying* digital, pois por mais que esteja prevista na BNCC (2018), a menção é quase tímida, principalmente dentro no que diz respeito à 5ª competência geral, onde o objeto de estudo “*cyberbullying*” nem é citado, mas subentendido, pois estamos falando de educação midiática e o *bullying* digital se relaciona com a responsabilidade sócio digital, ao qual faz parte do currículo da educação para mídias.

Concomitante a isso, é importante ressaltar que o não trabalho do *cyberbullying* dentro da instituição escolar também acontece devido a ausência de formação dos professores. Infelizmente a formação profissional ainda é uma realidade distinta nas instituições escolares, principalmente nas escolas públicas, como relatado pelos entrevistados, pois não há programas com temáticas mais atuais e que fazem parte diariamente do cotidiano dos alunos para que assim o professor entenda sobre e saiba trabalhar a temática com eles. Essa ação é necessária para garantir posteriormente o conhecimento do conteúdo em questão, tornando as pessoas mais críticas e reflexivas sobre como desenvolver a cidadania digital, pois o avanço e acesso crescem diariamente, e é importante que haja um processo de atualização e formação técnica e pedagógica das tecnologias e seus recursos.

Portanto, como não tem em seus currículos algo fixo a respeito da educação midiática devido à falta principalmente da formação profissional, as estratégias que as escolas utilizam apenas são usadas quando acontece de fato o *cyberbullying*. As iniciativas evidenciadas pelos

entrevistados condizem parcialmente ao o que os autores referenciados proponham, porque ainda há falhas quanto a outras iniciativas; nem tudo é encaminhado de forma precisa, como por exemplo a questão de entrar em contato com os pais ou o acompanhamento pós acontecimento, além do estudo da temática de forma periódica em sala de aula. Partindo desta perspectiva fica claro que não há garantia de que o educando terá conhecimentos efetivos a respeito de como utilizar as mídias digitais, e que o *cyberbullying* será um objeto de ensino e aprendizagem em sala de aula, o que contribui desta forma para o crescimento maior do *cyberbullying*, como evidenciado pela pesquisa da UNICEF (2019).

Conclui-se que a problemática da pesquisa a respeito das estratégias que escolas tem frente ao *cyberbullying* foi respondida, porém vale ressaltar que ainda faltam estratégias pedagógicas curriculares, sem ser um assunto trabalhado esporadicamente ou só quando acontece. Assim como o acesso as mídias digitais são diárias, o *cyberbullying* também acontece diariamente. Talvez não aconteça sempre naquela realidade educacional, mas é importante trabalhar a educação midiática para prevenir possíveis futuros acontecimentos, ou seja, a formação midiática em caráter de responsabilidade sociodigital possibilitaria que o educando use de forma ética e responsável as redes de comunicação digital sem que precisa humilhar e amedrontar a vida do outro. Desta forma, é válido ressaltar a importância desta pesquisa e a continuação de seu estudo, pois ela pode oportunizar uma abertura maior para pesquisas sobre a temática ao qual ainda não é muito explorado e discutido na sociedade, principalmente quando se trata dela dentro das próprias instituições escolares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Disponível em: > https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm < Acesso em: 09 set, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> > Acesso em: 09 set, 2021.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 17, p. 101-110, jun 2001. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2070> > Acesso em: 09 set, 2021.

FREIRE, Isabel; Alves, Maria Manuela; Breia, Ana Paula; Conceição, Diana; Fragoso, Diana. *Cyberbullying* e Ambiente Escolar: Um Estudo Exploratório e Colaborativo entre a Escola e a Universidade. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. Portugal, p. 43-63, 2013. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/156944722.pdf> >. Acesso em: 24 abril, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999, 264p.

MALDONADO, Maria Tereza. **Bullying e cyberbullying: o que fazem o que fazem conosco**. São Paulo: Moderna, 2011, 143p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito digital**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016. *E. BOOK*.

RIBEIRO, Neide Aparecida. *Cyberbullying: práticas e consequências da violência virtual na escola*. **Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Brasília**. Brasília, p. 245, 2018.

SCHREIBER, Fernando Cesar de Castro; ANTUNES, Maria Cristina. *Cyberbullying: do virtual ao psicológico*. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 35, n. 88, p. 109-125, jan. 2015. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100008 > Acesso em: 09 set, 2021.

SHARIFF, Shaheen. **Cyberbullying: Questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família**. Porto Alegre: Artmed, 2011. *E. BOOK*.

SPINELLI, Egle Müller. Comunicação, Consumo e Educação: alfabetização midiática para cidadania. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. v. 44, n. 3, p. 127-143, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/interc/a/BvSNphQnBQcFsJrGjw9f5Hz/?lang=pt#> >. Acesso em: 24 abril, 2022.

UNICEF. **Pesquisa do UNICEF: Mais de um terço dos jovens em 30 países relatam ser vítimas de bullying online**. 04 set, 2019. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online> >. Acesso em: 09 set, 2021.

WENDT, Guilherme Welter e Lisboa, Carolina Saraiva de Macedo. Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do *cyberbullying*. **Psicologia Clínica**. 2013, v. 25, n. 1, pp. 73-87. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/pc/a/N83JQQXmpnxNkQNwcVvmZgh/?lang=pt#> > Acesso em: 23 fev, 2022.